



## Edital

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

RESUMO DA CONTRATAÇÃO
<b>CONTRATANTE:</b> Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais – CAU/MG <b>UASG:</b> 926482
<b>OBJETO:</b>  Contratação de serviços de pessoa jurídica especializada no fornecimento/prestação de serviços de mão de obra em regime de dedicação exclusiva para as atividades de motorista, portador de CNH Categoria mínima “D” para a condução de veículos, próprios, locados e entregas rápidas, a fim de atender as necessidades do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais – CAU/MG.
<b>VALOR TOTAL DA ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>  <b>Item 01 – R\$114.789,08</b> (cento e quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e oito centavos)
<b>DATA DA SESSÃO PÚBLICA</b> Dia 27/02/2026, às 09h:30min (horário de Brasília)
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> MENOR PREÇO GLOBAL
<b>MODO DE DISPUTA:</b> ABERTO
<b>LEGISLAÇÃO APLICADA:</b> INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73/2022 E LEI Nº 14.133/2021
<b>INFORMAÇÕES:</b> E-mail: <a href="mailto:licitacoes@caumg.gov.br">licitacoes@caumg.gov.br</a>
<b>OBS:</b> Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no compras.gov e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estas a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

· O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado (Edital e anexos)

## SUMÁRIO

EDITAL	3
1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE	
5. LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
8. DOS RECURSOS	13
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	18
APÊNDICE ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	36
ANEXO II - MODELO PROPOSTA E PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS	
ANEXO V - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO	

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

Torna-se público que o CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CAU/MG, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 44, de 24 de novembro de 2025, sediado à Avenida Getúlio Vargas, n.º: 447, 11º Andar, Bairro: Funcionários, CEP: 30.112-020, Belo Horizonte/MG, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, bem como as exigências estabelecidas neste Edital e anexos.

### **SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**DATA: 27 de fevereiro de 2026**

**HORÁRIO: 09H30MIN (Horário de Brasília/DF)**

**LOCAL: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br)**

**CÓDIGO UASG: 926482**

### **1 DO OBJETO**

1.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviços de pessoa jurídica especializada no fornecimento/prestação de serviços de mão de obra em regime de dedicação exclusiva para as atividades de motorista, portador de CNH Categoria mínima “D” para a condução de veículos, próprios, locados e entregas rápidas, a fim de atender as necessidades do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais – CAU/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as descritas no Edital.

### **2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar

sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7 O impedimento de que trata o item [2.6.4](#) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [2.6.2](#) e [2.6.3](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens [2.6.2](#) e [2.6.3](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12 A vedação de que trata o item [2.6.8](#) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da

sessão pública.

3.3 Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no item 7 deste edital.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3 não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), se for o caso, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou [3.6](#) sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item [3.11](#) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

##### **4.1.1 Valor Total do item:**

4.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX](#).

da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.13 Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6 O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**.

5.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$10,00 (dez reais)**.

5.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes

apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item [5.14](#), poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive nos caso de lances intermediários.

5.14.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5 Definida a melhor proposta se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



5.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2 empresas brasileiras;

5.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item [2.7](#) do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c ) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos- CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.7.1. Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025 - SEAC/MG, Anexo V do Edital.

6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1 conter vícios insanáveis;

6.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.9.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.9.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto

## **7 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8 DOS RECURSOS**

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.1.1 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5 fraudar a licitação

9.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

9.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 advertência;

9.2.2 multa;

9.2.3 impedimento de licitar e contratar e

9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2 as peculiaridades do caso concreto

9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1 Para as infrações previstas nos itens [9.1.1](#), [9.1.2](#) e [9.1.3](#), a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2 Para as infrações previstas nos itens [9.1.4](#), [9.1.5](#), [9.1.6](#), [9.1.7](#) e [9.1.8](#), a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens [9.1.1](#), [9.1.2](#) e [9.1.3](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens [9.1.4](#), [9.1.5](#), [9.1.6](#), [9.1.7](#) e [9.1.8](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens [9.1.1](#), [9.1.2](#) e [9.1.3](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item [9.1.3](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o endereço de e-mail: [licitacoes@caumg.gov.br](mailto:licitacoes@caumg.gov.br)

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.caumg.gov.br/>, na aba transparência.

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



11.11.1 Anexo I – Termo de Referência

11.11.1.1 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2 Anexo II – Modelo de Proposta e Planilha de Custos e Formação de Preços

11.11.3 Anexo III – Minuta de Contrato

11.11.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de Contratos Firmados

11.11.5 Anexo V – Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2025

Belo Horizonte, janeiro/2026.

Arq. Urb. Cecilia Fraga de Moraes Galvani

Presidente do CAU/MG



Documento assinado eletronicamente por **CECÍLIA FRAGA DE MORAES GALVANI**, **Presidente**, em 05/02/2026, às 07:03 (horário de Brasília), conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **B6208119** e informando o identificador **0880237**.

00158.001806/2025-98

0880237v4

## Anexo I - Termo de Referência

## TERMO DE REFERÊNCIA

## CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(Processo Administrativo nº00158.001806/2025-98)

## 1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de serviços de pessoa jurídica especializada no fornecimento/prestação de serviços de mão de obra em regime de dedicação exclusiva para as atividades de motorista, portador de CNH Categoria mínima "D" para a condução de veículos, próprios, locados e entregas rápidas, a fim de atender as necessidades do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais – CAU/MG, nos termos, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	CATSER	Unid.	Quant.	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
01	Prestacao de servicos de motorista, portador de CNH Categoria mínima "D"	15008	Serviço	01	R\$ 9.565,75	R\$114.789,08

1.1 O contrato terá a vigência de **12 (DOZE) MESES**, a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação, das especificações técnicas e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Os serviços de motorista possuem natureza estritamente operacional e de apoio, destinando-se ao transporte de conselheiros, servidores, documentos, materiais e/ou equipamentos necessários ao desempenho das atividades institucionais do Conselho. Dessa forma, resta devidamente caracterizado que os serviços de motorista se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares, atendendo ao disposto no art. 48 da Lei nº 14.133/2021, sendo legítima sua contratação pela Administração.

## 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

5.1 O público eventualmente transportado pelo motorista não está limitado aos empregados e conselheiros do CAU/MG, podendo ser transportadas outras pessoas a critério do CONTRATANTE.

5.2 Os serviços deverão ser executados com presteza, pontualidade, qualidade, eficiência, de forma a atender integralmente ao objetivo esperado.

5.3 O horário que os empregados da CONTRATADA deverão cumprir poderá, a critério do CAU/MG, ser adequado às suas necessidades, buscando maior eficiência e efetividade na prestação dos serviços desenvolvidos pela CONTRATADA.

**5.4 O Motorista será recrutado em nome e sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo pagar-lhe salário compatível com o previsto em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho firmada pelo Sindicato competente, bem como cumprir com as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e tributárias cabíveis.**

5.5 O Motorista deverá se apresentar ao serviço no horário estabelecido pela CONTRATANTE, vestido adequadamente e portando Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como deverá solicitar a documentação e a chave do veículo à CONTRATANTE, no caso de veículo próprio, no endereço de sua Sede Institucional ou Escritório Descentralizado, para retirada do veículo do local de estacionamento, a ser informado.

5.6 No ato da retirada do veículo do local de estacionamento, o Motorista, quando requerido, realizará a vistoria do automóvel, por meio do preenchimento e assinatura de formulário próprio.

5.7 Quando do retorno do deslocamento ou viagem, o Motorista deverá estacionar o veículo no local indicado pelo CAU/MG, procedendo a entrega das chaves e do documento ao funcionário indicado pelo CAU/MG, bem como, realizará, quando requerido, a vistoria do automóvel, juntamente com um empregado indicado pelo CAU/MG, por meio do preenchimento e assinatura de formulário próprio, no caso de veículo próprio.

5.8 O serviço, objeto deste Termo de Referência, deverá ser executado por pessoa qualificada nas atividades envolvidas e coordenado pela CONTRATANTE que, a qualquer tempo e ao seu exclusivo critério, fiscalizará sua correta execução.

5.9 A CONTRATANTE se reserva o direito de selecionar o Motorista.

**5.10 A CONTRATADA deverá comprovar o pagamento das multas de trânsito, ou seu parcelamento, ocasionadas por seus Motoristas na direção do veículo, no prazo máximo de 05 dias corridos a contar da data do recebimento da notificação da penalidade, sob pena de desconto do valor correspondente na fatura subsequente ao vencimento citado e aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.**

5.11 O Motorista tem os seguintes deveres e obrigações:

- a) Obedecer rigorosamente às leis de trânsito;
- b) Não fumar ao dirigir o veículo;
- c) Não estar sob efeito de bebida alcoólica e drogas quando em serviço;
- d) Não utilizar telefone móvel (celular) quando estiver conduzindo o veículo;
- e) Diminuir a velocidade e aumentar a atenção quando estiver chovendo;
- f) Manter atenção redobrada nas proximidades de controles eletrônicos de trânsito, faixas de pedestres e colégios;
- g) Planejar e estudar antecipadamente o reconhecimento das rotas, evitando trajetos mais longos e trânsito tumultuado ou congestionado;
- h) Verificar antecipadamente a localização dos estabelecimentos onde se processarão eventuais entregas de encomendas e cargas, assim como os locais em que irão se deslocar as pessoas, buscando, sempre rotas adequadas e seguras, cumprindo a programação estabelecida;
- i) Não deixar o veículo na rua, desacompanhado ou sem a necessária vigilância. Casos extremamente excepcionais serão discutidos com o CAU/MG;
- j) Procurar, sempre que possível, um local de estacionamento bem iluminado e vigiado para estacionar o veículo;
- k) Não fornecer informações sobre o endereço, hábitos e costumes do passageiro que está sendo transportado;
- l) Manter sigilo sobre informações que por qualquer meio venham a ter acesso, referentes ao CAU/MG, Presidente, Conselheiros, profissionais, colaboradores, ou quaisquer outras que pela sua natureza não devam ser divulgadas;
- m) Em caso de descumprimento do sigilo de informações, o CAU/MG procederá à análise e ações cabíveis, sem prejuízo das sanções na esfera administrativa, penal e cível;
- n) Manter-se sempre atento quando estiver com o veículo estacionado aguardando o passageiro;
- o) Ter zelo especial pelo veículo, mantendo-o sempre em ótimas condições de limpeza e funcionamento nas apresentações do veículo ao usuário/servidor;
- p) Evitar arrancadas e freadas bruscas;
- q) Atender todos os passageiros com discrição, respeito e cortesia, executando com proficiência as ordens recebidas,

procurando ser sempre útil e demonstrar interesse pelo serviço que presta;

- r) Ter sempre em seu poder a Carteira Nacional de Habilitação e o original ou cópia autenticada e atualizada do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo;
- s) Nunca utilizar o veículo para fins particulares;
- t) Informar ao usuário/servidor a ocorrência de qualquer dano verificado no veículo;
- u) Acompanhar a carga e descarga do material transportável, orientando sua arrumação no veículo, de modo a evitar acidentes;
- v) Auxiliar na carga e descarga do material transportável, assim como a sua arrumação no veículo, de modo a evitar acidentes.
- w) Zelar pela conservação do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos, para assegurar seu perfeito estado;
- x) Permanecer à disposição do CAU/MG e de seus passageiros do CAU/MG em tempo integral e dedicação exclusiva, no período correspondente a execução do serviço;
- y) Preencher o relatório de atividade/vistoria registrando as informações como: hora de saída e chegada, quilometragem percorrida, destino, requisitante do serviço e outras informações necessárias;
- z) Tratar a todos com cordialidade e presteza;
- aa) Cumprir prontamente as tarefas atribuídas;
- ab) Cumprir rigorosamente o horário, respeitando as determinações quanto a hora de entrada, saída e intervalos;
- ac) Permanecer no local de trabalho durante todo o horário que lhe for determinado, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou quando autorizado pelo responsável da CONTRATADA, em prévia comunicação ao CAU/MG, que poderá exigir a imediata substituição do prestador do serviço;
- ad) Manter-se devidamente uniformizado(a) e identificado(a);
- ae) Demonstrar polidez, cortesia, ter capacidade de auto avaliação, respeito mútuo;
- af) Dirigir os veículos automotores que lhe forem confiados no transporte de pessoas, pequenas cargas e encomendas, quando empregados no interesse do serviço;
- ag) Dar conhecimento imediato ao representante da CONTRATADA acerca de eventuais multas ou quaisquer outras penalidades por infração de trânsito, que deverão ser arcadas pela CONTRATADA;
- ah) Portar documentação pessoal e profissional própria, para apresentação sempre que exigido.

5.12 Os itinerários serão definidos pelo CAU/MG, de acordo com as necessidades dos serviços a serem prestados e demandados.

5.13 **O combustível é de responsabilidade do CAU/MG.**

5.14 Eventualmente poderão ocorrer viagens em feriados e finais de semana, previamente agendadas e comunicadas.

5.15 **No caso de viagens, a hospedagem é de responsabilidade do CAU/MG.**

5.16 **Toda alimentação é de responsabilidade da CONTRATADA.**

- a) **Quando convocado para realização de viagens, a alimentação DEVERÁ SER PAGA INTEGRALMENTE AO MOTORISTA PELA CONTRATADA, ANTES DO INÍCIO DA VIAGEM, DEVENDO SER CONSIDERADO COMO BASE O VALOR MÍNIMO CORRELATO DESCRITO NO ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DA CATEGORIA.**
- b) Toda alimentação do motorista **DEVERÁ ESTAR INCLUSA NA PROPOSTA DE PREÇO**, não havendo, portanto, cobranças além do valor da proposta.
- c) **É ESTIMADA A QUANTIDADE DE 15 (QUINZE) DIAS EM VIAGEM POR MÊS.**

5.17 **Horas Extras do Motorista**

- a) Entende-se por hora extra toda hora excedente na prestação de serviço que ultrapassar **44 HORAS SEMANAIS OU 220 HORAS MENSALIS**, devidamente comprovada pelo atesto do transportado e do Motorista.
- b) A jornada diária de trabalho do Motorista profissional será de 08 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 02 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 04 (quatro) horas extraordinárias.
- c) A CONTRATANTE remunerará as horas extras dos Motoristas.
- d) Eventualmente poderão ocorrer Jornadas Especiais conforme definida na Convenção Coletiva de Trabalho, previamente

agendadas e comunicadas.

#### **5.18 Dos Relatórios:**

5.18.1 A CONTRATADA emitirá, quando requerida, documento referente aos trajetos e horários dos serviços prestados pelo Motorista, o qual deverá ser atestado pelo usuário e/ou responsável pela solicitação do serviço imediatamente após o seu uso. Cópias dos documentos deverão ser apresentadas mensalmente e arquivadas nas dependências do Conselho.

5.18.2 A CONTRATADA deverá elaborar, quando requerida, relatório consolidado das solicitações atestadas para efeito de conferência junto ao CONTRATANTE, antes da apresentação da Nota Fiscal. Este relatório deverá contemplar os registros diários dos seguintes itens:

- a) Quilometragem Percorrida por Veículo;
- b) Nome do Motorista; e
- c) Eventuais Diárias e Ocorrências.

5.19 A jornada de trabalho do Motorista não tem horário fixo de início, de final ou de intervalos.

5.20 A entrega rápida consiste na distribuição e recolhimento de malotes, documentos diversos diários e pequenas encomendas.

5.21 A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados uniformes e equipamentos de proteção individual.

- a) Insere-se no conceito de equipamentos, os estabelecidos na Norma Regulamentadora n.º: 6, do Ministério do Trabalho e Emprego, e alterações posteriores;
- b) No caso de danos a qualquer peça do uniforme a CONTRATADA deverá proceder à substituição por outro novo num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- c) Não será permitido a nenhum prestador se apresentar ao serviço com uniforme rasgado, estragado, sujo, ou sem o mesmo;
- d) O fornecimento do uniforme será feito de acordo com as normas legais ou negociais reguladoras dos trabalhos da categoria;
- e) O uniforme deverá ser no estilo "Esporte Fino", ou seja, Camisa, Calça e Sapatos Sociais.

5.22 O CAU/MG não irá fornecer materiais de escritório ou suprimentos de informática para o Motorista, como: blocos de anotação, computador, impressora, celular, gps, dentre outros correlatos.

5.23 Não há previsão ou incidência de riscos de periculosidade e/ou insalubridade. Todavia, as disposições trabalhistas dispostas em Convenção e CLT deverão ser observadas e obedecidas.

5.24 Não há necessidade de fornecimento, pela CONTRATADA, de armário e/ou relógio de ponto.

5.25 Não há necessidade de a CONTRATADA manter Preposto residente no local.

5.26 O CAU/MG fará os controles relativos à prestação dos serviços, como o controle de ponto, de horas extras, etc.

5.27 O CONTRATANTE poderá exigir exames toxicológicos do Motorista, conforme dispõem o art. 5º, da Lei 13.103/2015, e art. 168, parágrafo 6, do Decreto-Lei n.º 5.452/1943, e alterações posteriores.

5.28 Aplicam-se subsidiariamente a Lei 13.103/2015.

#### **6 LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 O Motorista ficará lotado na Sede Administrativa do CAU/MG, localizada na Av. Getúlio Vargas, n.º: 447, 11º Andar, Bairro: Funcionários, CEP: 30.112-020, Belo Horizonte/MG, ou Sede Administrativa em Belo Horizonte em que eventualmente o CAU/MG mudar.

6.2 As demandas serão feitas por solicitação do Fiscal do Contrato partindo da Sede Institucional do CAU/MG no seguinte

endereço: Av. Getúlio Vargas, n.º: 447, 11º Andar, Bairro: Funcionários, CEP: 30.112-020, Belo Horizonte/MG, ou Sede Administrativa em Belo Horizonte em que eventualmente o CAU/MG mudar.

6.3 As viagens serão realizadas preferencialmente dentro de todo o Estado de Minas Gerais.

6.4 A prestação do serviço será **PREFERENCIALMENTE, não se limitand**, on o horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h48min, de segunda-feira à sexta-feira, podendo ser realizado em outros dias e horários, conforme a necessidade do CAU/MG.

6.5 Por necessidade do CAU/MG, o horário de prestação de serviços poderá ser alterado, mediante prévia solicitação, inclusive para prestação do serviço aos sábados, domingos e feriados.

6.6 A CONTRATADA deverá prestar os serviços no prazo determinado pela CONTRATANTE, conforme agendamento prévio do Fiscal do Contrato.

6.7 No caso de solicitação emergencial fora do horário de expediente, o Motorista deverá estar à disposição da CONTRATANTE, mediante prévia solicitação.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 7.1 COMPETE À CONTRATADA

- a) Prestar os serviços na data, horário e local solicitado previamente pelo CAU/MG, conforme definido neste Termo de Referência;
- b) Fornecer todos os equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços;
- c) Arcar com todas as despesas com multas, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e pagamento de salários dos prestadores de serviços, alimentação e horas-extras dos seus subordinados, assim como outras que possam surgir;
- d) Cientificar imediatamente e por escrito ao CAU/MG sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto contratual.
- e) Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às indagações sobre a execução do objeto contratual.
- f) Responsabilizar-se, para todos os efeitos legais e administrativos, perante o CAU/MG e terceiros, pelos atos e omissões praticados por seus funcionários, no desempenho de suas atribuições decorrentes do contrato.
- g) Cumprir fielmente o que foi solicitado, não transferindo a terceiros, quer total ou parcialmente.
- h) Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços.
- i ) Responsabilizar-se pelas obrigações decorrentes das legislações trabalhistas, fiscais, tributárias, comerciais e previdenciárias, resultantes da prestação de serviços.
- j ) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- k) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.
- l) Emitir Nota Fiscal/Fatura, relativa à prestação do serviço e relativa a produto, contendo todos os dados necessários ao seu pagamento.
- m) Disponibilizar à CONTRATANTE os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços e de seu preposto.
- n) Manter os dados cadastrais atualizados junto à CONTRATANTE.
- o) Responsabilizar-se, integralmente, pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- p) Colocar à disposição da CONTRATANTE, a partir do primeiro dia útil após a data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, profissionais capacitados com a mão de obra adequada, materiais de consumo e equipamentos necessários à boa execução dos serviços ora contratados;
- q) Atender em até 01 (um) dia útil às solicitações de substituição de profissionais, quando comprovadamente inadequados para a prestação dos serviços acordados;
- r) Substituir o empregado em caso de afastamento (doença, faltas, férias, etc), sem nenhum acréscimo de custo à CONTRATANTE, em até um dia útil;
- s) Executar os serviços contratados de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e/ou Edital e Anexos e na proposta apresentada;
- t) Recolher os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e tributária em relação aos serviços contratados;

- u) Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas neste Contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das especificações;
- v) Adotar medidas, precauções e cuidados tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus empregados ou terceiros, quando da execução dos serviços contratados, ficando sob sua inteira responsabilidade os prejuízos deles decorrentes;
- w) Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente a situação cadastral no SICAF/CADIN, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal;
- x ) Nomear encarregado responsável para exercer atribuições de supervisão, orientação e movimentação de seus empregados, em tempo integral, para garantir o bom andamento dos serviços;
- y) Ressarcir à CONTRATANTE, quaisquer prejuízos causados pelos seus empregados ao Patrimônio público, à Administração e/ou a terceiros, quando da execução dos serviços contratados, independentemente de dolo ou culpa de quem lhes der causa;
- z) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, sem ônus para a CONTRATANTE;
- aa) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de vinte e quatro horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- bb) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- cc) Manter os seus empregados disponibilizados à execução dos serviços contratados, uniformizados, identificando-os, acaso requerido, através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI's, sempre que necessário;
- dd) Tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- ee) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem;
- ff) Tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- gg) Manter os seus empregados informados quanto às normas disciplinares da CONTRATANTE, exigindo sua fiel observância;
- hh) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
- ii) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- jj) Exercer o controle, juntamente com o fiscal designado para acompanhamento dos serviços, da CONTRATANTE, sobre a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, e apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos;
- kk) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- ll) Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE;
- mm) Acompanhar as atividades de seus empregados, possibilitando o imediato atendimento das solicitações efetuadas pela CONTRATANTE, em relação à execução dos serviços contratados;
- nn) Comunicar à CONTRATANTE quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade do Patrimônio público;
- oo) Controlar e responsabilizar-se pela disciplina e a apresentação pessoal de seus empregados durante a execução dos serviços contratados;
- pp) Manter sigilo sobre documentos elaborados e assuntos tratados, e abster-se da execução de atividades alheias;
- qq) Executar as demais atividades inerentes ao cargo, necessárias ao fiel desempenho do trabalho;
- rr) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, em até 25% do valor contratado;
- ss) Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, decorrentes da execução do contrato;
- tt) Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como no que se refere à remuneração dos profissionais;
- uu) Possuir em seu quadro, pessoal de reserva para que as substituições eventuais sejam feitas de imediato, sem prejuízo do serviço;
- x) Responsabilizar-se por eventuais quebras, danos ou furtos ocasionais praticados por seus empregados, em instalações da CONTRATANTE, obrigando-se, desde já, a promover a reposição ou indenização correspondente, cabendo ainda a indenização pecuniária por danos morais que possam ser causados. O valor da indenização será descontado, na forma de

glosa, no ato do pagamento de qualquer nota fiscal/fatura da CONTRATADA.

ww) Implantar e acompanhar as rotinas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.

xx) Proibir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário de serviço.

y y ) Observar, com vistas à garantia do cumprimento das Obrigações Trabalhistas, que os valores destinados para o pagamento de Férias, Décimo Terceiro Salário, Ausências Legais e Verbas Rescisórias aos trabalhadores serão efetuados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, em casos excepcionabilíssimos e somente na ocorrência do fato gerador legal, contratual e/ou judicial;

zz) Apresentar, quando requerido, Declaração de Responsabilidade Exclusiva sobre a quitação dos Encargos Trabalhistas e Sociais decorrentes do Contrato.

## 7.2 COMPETE À CONTRATANTE

a) Indicar previamente por e-mail a data, horário e local para a prestação dos serviços;

b) Receber e aferir a Nota Fiscal a ser emitida pela CONTRATADA;

c) Efetuar o devido pagamento dos serviços prestados e nas condições pactuadas.

d) Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93 e na IN/SLTI/MPOG n.º 02, de 30 de abril de 2008, e alterações posteriores, bem como avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo, para tanto, vistoriar, solicitar a emissão de relatórios gerenciais e auditar os relatórios de prestação do serviço elaborados pela CONTRATADA;

e) Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por fiscal designado, não obstante a CONTRATADA seja o único e exclusivo responsável pela execução de todos os serviços, podendo para isso:

f) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

g) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço para comprovar o registro de função profissional;

h) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde do trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

i) Comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas.

j) Proceder à vistoria no veículo onde o serviço está sendo realizado por meio de fiscalização, anotando as ocorrências em livro próprio, dando ciência à CONTRATADA e determinando sua regularização;

k) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas exigidas;

l) Exigir o afastamento e/ou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

m) Impedir que terceiros, que não seja a CONTRATADA, efetuem os serviços prestados;

n) Exigir, mensalmente, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal terceirizado e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, em especial ao INSS e FGTS, além de outros;

o) Evitar ordens diretas aos empregados da empresa CONTRATADA, com exceção das funções de encarregado, ou quando previamente acertado com a CONTRATADA por escrito.

p) Proceder à verificação da comprovação mensal, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

- ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

- à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

- à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

- aos depósitos do FGTS;

- ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

q) Arcar com todas as despesas com frete, combustível, pedágios, estacionamento e hospedagens (se houver).

## 8 GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado



automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (artigo 115, § 5º, da Lei nº 14.133).

8.3 As comunicações entre o CAU/MG e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 O CAU/MG poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.6 O CAU/MG poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.7 A GESTÃO DO CONTRATO será exercida pela Gerencia Administrativa do CAU/MG e a FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO será exercida pela Gerência de Fiscalização do CAU/MG, a qual competirá zelar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto na proposta da CONTRATADA, juntamente com a Contadoria do CAU/MG, a qual competirá auxiliar na verificação do correto recolhimento tributário e das verbas trabalhistas.

8.8 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

8.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

## **9 FISCAL DO CONTRATO**

9.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, artigo 117, caput).

9.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um ou mais representantes da CONTRATANTE.

9.3 A CONTRATANTE monitorará constantemente o nível de qualidade dos produtos para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

9.4 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreenderá a mensuração dos seguintes aspectos:

- Os resultados alcançados, com a verificação da qualidade demandada;
- A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- A adequação da entrega à rotina demandada;
- O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;
- A satisfação da CONTRATANTE.

9.5 O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

9.6 Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 22 do Decreto nº 11.246/2022):

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de

prazo para a correção;

- d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o caso;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada;
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.7 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais, trabalhistas e previdenciários e pagamento dos salários dos prestadores de serviços, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual unilateral.

9.8 As inconsistências ou dúvidas verificadas na documentação entregue terão prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pelo contratado, para serem formalmente esclarecidas.

9.9 Uma vez recebida a documentação, o fiscal do contrato deverá apor a data de entrada na CONTRATANTE, assinar, e encaminhá-la para análise.

9.10 O descumprimento reiterado das disposições desta cláusula e a manutenção do contratado em situação irregular perante suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicará rescisão deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades nele previstas e demais cominações legais.

9.11 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, pela CONTRATADA, dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

9.12 A Administração poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé, ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

9.13 Quando da rescisão contratual, o fiscal verificará o pagamento, pela CONTRATADA, das verbas rescisórias, se for caso, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

9.14 O Fiscal do Contrato verificará mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

- ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- aos depósitos do FGTS; e
- ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

9.15 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Fiscal do Contrato comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

9.16 Na hipótese supracitada, e em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, o CAU/MG poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham

participado da execução dos serviços objeto do contrato.

9.17 O sindicato representante da categoria do trabalhador será notificado pelo CAU/MG para acompanhar o pagamento das verbas a que se referem os itens acima.

9.18 Os pagamentos trabalhistas previstos nos itens acima, caso ocorram, não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da CONTRATADA.

9.19 O Fiscal do Contrato poderá, a qualquer tempo, solicitar informações ou documentos para averiguar o cumprimento das obrigações legais por parte da CONTRATADA, podendo ser auxiliado por fiscais designados para esse fim, bem como ser assistido por terceiro ou empresa, desde que justifique a necessidade de assistência especializada.

9.20 Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 23 do Decreto nº 11.246/2022):

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o caso;
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada;
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

## **10 GESTOR DO CONTRATO**

10.1 Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (artigo 21 do Decreto nº 11.246/2022):

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (artigo 174, § 3º, VI, “d”, da Lei nº 14.133/2021);
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando for o caso;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, quando for o caso;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das

exigências contratuais;

- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, se for o caso.

## 11 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, preferencialmente para o Banco do Brasil, Boletim bancário, fatura com código de barras ou ainda outra forma utilizada pelo fornecedor/prestador, desde que previamente analisada e aceita pelo CAU/MG - acompanhado dos documentos fiscais.

11.2 O pagamento será feito **MENSALMENTE**, com as seguintes documentações negativas da CONTRATADA:

- a) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Consulta Regularidade do Empregador (FGTS)
- c) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal ;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- e) Certidão Negativa de Débito Municipal
- f) Certidão de Débitos Tributários (CDT) - Certidão Negativa de Débito Estadual

11.3 Caso a documentação fiscal esteja irregular ou faltando, o CAU/MG poderá devolver a nota fiscal até a regularização da documentação.

11.4 A medição e posterior pagamento serão feitos mensalmente.

11.5 O pagamento será feito em até 5 (cinco) dias úteis após o aceite da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

11.6 O aceite da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato será feito em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal.

11.7 De posse das certidões supracitadas, o Contratante deverá proceder à verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

- a) Ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- b) À concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;
- c) À concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- d) Aos depósitos do FGTS; e
- e) Ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

11.8 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará formalmente o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.9 Em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias a contar da comunicação formal do CONTRATANTE, este poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.10 Na hipótese de não quitação das obrigações trabalhistas, o sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas a que se referem os subitens.

11.11 Os pagamentos previstos trabalhistas, caso ocorram, não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados da CONTRATADA.

### Pagamento pelo Fato Gerador

11.12 No caso do Pagamento pelo Fato Gerador, o contratante adotará os seguintes procedimentos:

11.12.1. Serão objeto de pagamento mensal ao contratado o somatório dos seguintes módulos que compõem a planilha de custos e formação de preços, disposta no Anexo VII-D da IN SEGES/MP n.º 05/2017:

1. Módulo 1: Composição da Remuneração;

2. Submódulo 2.2: Encargos Previdenciários e FGTS;
3. Submódulo 2.3: Benefícios Mensais e Diários;
4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;
5. Módulo 5: Insumos; e
6. Módulo 6: Custos Indiretos, Tributos e Lucro (CITL), que será calculado tendo por base as alíneas acima.

11.12.2. Os valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, não serão parte integrante dos pagamentos mensais ao contratado, devendo ser pagos pela Administração ao contratado somente na ocorrência do seu fato gerador;

11.12.3. As verbas discriminadas na forma da alínea “b” acima somente serão liberadas nas seguintes condições:

11.12.3.1. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

11.12.3.2. pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

11.12.3.3. pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato;

11.12.3.4. pelos valores correspondentes às ausências legais efetivamente ocorridas dos empregados vinculados ao contrato; e

11.12.3.5. outras de evento futuro e incerto, após efetivamente ocorridas, pelos seus valores correspondentes.

11.12.4. A não ocorrência dos fatos geradores discriminados na alínea “b” acima não gera direito adquirido para o contratado das referidas verbas ao final da vigência do Contrato, devendo o pagamento seguir as regras previstas no Contrato.

## **12 LIQUIDAÇÃO**

12.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

12.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.3 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

12.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.6 Deverá ser realizada a consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

12.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **13 PRAZO DE PAGAMENTO**

13.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

13.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preços serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.4 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **14 REAJUSTE**

14.1 O preço convencionado ficará irreajustável por 12 (doze) meses, consoante legislação vigente. Poderá haver prorrogação após este período. Havendo prorrogação, utilizar-se-á a variação definida em **Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria**, acumulado em 12 meses contados da data da assinatura do contrato ou da data do último reajuste, para os subsequentes, ou na falta ou extinção deste, pelo índice permitido por lei vigente na época do reajuste, para efeito de correção do valor, **somente após comprovada a vantajosidade da renovação**.

14.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

14.4 Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

14.5 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito. E nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado na forma prevista neste contrato.

14.6 Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

14.7 O reajuste será formalizado, via de regra, no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato.

### **15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Cometerá infração administrativa, nos termos das Leis n.ºs 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Fraudar na execução do contrato;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Não manter a proposta.
- e) Não assinar o contrato no prazo estipulado pela CONTRATANTE;
- f) Apresentar documentação falsa;
- g) Deixar de entregar os documentos exigidos;
- h) Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade;
- i) Comportar-se de modo inidôneo;
- j) Ensejar o retardamento da execução do contrato.

15.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e demais sanções administrativas legalmente previstas, às sanções contratuais discriminadas abaixo.

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) Multa moratória de até 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado, até no máximo de 10% (dez por cento);
- c) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.3 A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

15.4 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.5 O contrato será rescindido por ato unilateral e escrito do contratante com a aplicação das penalidades cabíveis em caso de, mesmo após notificado para regularização, o contratado não regularizar o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, fiscais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

## 16 JULGAMENTO

16.4 O Julgamento será pelo menor preço global anual.

## 17 PROPOSTA

17.1 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente, devendo estar inclusos todos os impostos e demais encargos, bem como deduzidos descontos que venham a ser concedidos. Não será considerada a proposta que contiver qualquer vantagem não prevista neste Termo de Referência;

17.2 O CAU/MG não adentrará na avaliação do regime tributário de cada empresa, razão pela qual o montante de encargos declarados na proposta é de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e, por isso, passível de influir na economicidade de sua proposta. Assim, o valor cotado deverá ser o do custo efetivo arcado pela CONTRATADA, que será repassado para o CAU/MG, incorporando-se à planilha de custos, inclusive nas prorrogações contratuais, se houverem. Dessa forma, nenhum pleito de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de mudança do regime tributário será admitido posteriormente. Este fato significaria um desequilíbrio de tratamento aos que participaram da contratação.

17.3 A proposta deverá conter descrição detalhada do objeto, com **APRESENTAÇÃO DE PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (incluindo despesas diretas e indiretas)** para o posto de trabalho, conforme modelo contido neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

**17.3.1 Para elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços, os salários dos profissionais, bem como, dos demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho vigente.**

17.4 As planilhas de custos deverão ser elaboradas em conformidade com os benefícios definidos na norma coletiva da categoria profissional e legislação aplicável.

17.5 Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas com ferramentas, utensílios, equipamentos e demais itens necessários à adequada prestação dos serviços, mão de obra, transporte, observância da legislação trabalhista e previdenciária, tributos **(A CONTRATADA NÃO DEVERÁ FAZER CONSTAR NA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS OS VALORES ATINENTES A IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL))**, se tratar de custos a serem arcados pela CONTRATADA com a prestação dos serviços e consequentemente repassados ao contratante, mas tributos diretos e pessoais, considerando o fato gerador destas exações), encargos e todos os demais custos diretos e indiretos necessários à realização dos serviços especificados neste Termo de Referência.

17.6 A CONTRATADA deverá acrescentar quaisquer outros insumos, custos e benefícios não constantes da planilha de custos e formação de preços, observada a norma coletiva da categoria profissional e legislações pertinentes, sob pena de desclassificação.

17.7 Somente poderão acrescentar itens de custos na planilha se para tal houver a devida justificativa legal/normativa.

17.8 Para o cálculo dos Vales Alimentação/Refeição e Transporte considerar **22 (vinte e dois) dias úteis**. Este mesmo parâmetro deverá ser usado nos demais itens da formação de custo que demandem contagem de prazo mensal em dias trabalhados. **Não se confundem com os valores a título de alimentação descritos nos demais itens.**

17.9 Visando assegurar a exequibilidade do contrato, a CONTRATADA deverá observar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas constante na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, com exceção dos itens que poderão variar de acordo com a empresa. Todavia, a excepcionalidade deverá, quando requerido, ser documentalmente comprovada junto com a proposta, sob pena de desclassificação. A cotação de valores superiores não acarretará qualquer prejuízo à CONTRATADA, pois significará que está concedendo a seus empregados benefícios além dos mínimos determinados na CCT.

17.10 A CONTRATADA deverá fazer constar na planilha de formação de preços todos os benefícios oriundos de convenção coletiva, acordo coletivo da categoria ou outro instrumento normativo vigente, desde que legalmente exigido, ainda que não constante no Modelo de Planilha de Preço.

## **18 HABILITAÇÃO**

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

18.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

18.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**



18.9 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

18.10 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

18.11 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

18.11.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

18.11.2 Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

18.11.3 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

18.11.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

18.11.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

18.11.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

18.12 Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante em Anexo do edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

18.13 A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

18.14 Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

18.15 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

18.16 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

18.17 A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, sendo:

18.18 No mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica de pessoa de direito público e/ou privado para fornecimento/prestação de serviços de gestão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, conforme descrito no objeto deste Termo de Referência.

18.19 Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido **no mínimo 01 (um) ano do início de sua execução**, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

18.20 A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, especialmente os contratos correlatos.

18.21 **NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO**a CONTRATADA deverá apresentar a relação dos possíveis profissionais que

prestarão os serviços, bem como seus **atestados de antecedentes criminais**.

## **19 RETENÇÃO DE IMPOSTOS**

19.1 As retenções tributárias se darão conforme as determinações legais/normativas.

## **20 INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO**

20.1 A formalização da Contratação será feita mediante instrumento contratual.

## **21 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

21.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts.96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas abaixo:

21.2 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

21.3 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07%(sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2%(dois por cento).

21.4 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art.137 da Lei nº14.133, de 2021.

21.5 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à Administração de correntes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

## **22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1 A CONTRATADA será responsável pelo pagamento de multas, punições ou indenizações que porventura venham a ser impostas por órgãos fiscalizadores de suas atividades, bem como dos ônus decorrentes de sua repercussão sobre o objeto do contrato a ser firmado com a CONTRATANTE.

22.2 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, exceto quando expressamente autorizado pelo CAU/MG.

22.3 É vedada a subcontratação, uma vez que a atividade de motorista envolve responsabilidade direta pela integridade física de servidores e demais usuários, bem como pela guarda de veículos oficiais, de outros bens públicos e de documentos eventualmente transportados. Tais atribuições demandam a identificação precisa do profissional designado, a verificação direta de seus antecedentes e de sua capacidade técnica, além do atendimento a requisitos legais específicos e do acompanhamento contínuo de seu desempenho. A subcontratação, nesse contexto, comprometeria a efetividade desses controles e poderia ensejar riscos à segurança institucional.

22.4 É vedada a pessoalidade e a subordinação direta dos empregados da CONTRATADA aos gestores do Contratante.

22.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

22.6 A CONTRATADA deverá fornecer ao CAU/MG os nomes de seus MOTORISTAS MENSALISTAS que forem designados para executar os serviços contratados, juntamente com a cópia da carteira e contrato de trabalho, a fim de que os mesmos sejam

autorizados pelo CAU/MG a ingressar nos locais de trabalho, reservando-se a seu exclusivo critério, o direito de não permitir o ingresso no local de serviço, de empregados da CONTRATADA que porventura tenham se conduzido inconvenientemente, e ainda não aceitar os serviços de empregados da CONTRATADA julgados inaptos para a função.

22.7 A CONTRATADA deverá manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão e direção dos serviços.

### 23 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CAU/MG.

23.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação: centro de custos é 4.06.19.003 - Projeto- Fiscalização Itinerante / Rotas, conta 6.2.2.1.1.01.04.04.013 - Despesas com Veículos.

Belo Horizonte, janeiro de 2026.

**Diogo U. Braga**  
Gerente de Fiscalização

Aprovo o Presente Termo de Referência, nos termos dos arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei 14.133/2021. Em atendimento ao disposto no art. 50, IV, Lei 9.784/99, bem como no art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021, autorizo a contratação direta.

**Arq. e Urb. Cecília Fraga de Moraes Galvani**  
Presidente do CAU/MG



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO UBALDO BRAGA, Gerente de Fiscalização**, em 04/02/2026, às 15:01 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CECÍLIA FRAGA DE MORAES GALVANI, Presidente**, em 05/02/2026, às 07:03 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **AC5AB46F** e informando o identificador **0879275**.

00158.001806/2025-98

0879275v2

## Apêndice do Anexo I

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1 INTRODUÇÃO**

1.1 O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica para a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços continuados de motorista, portador de CNH Categoria mínima “D” para a condução de veículos, próprios, locados e entregas rápidas, com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, para atender, prioritariamente, as necessidades da Gerência de Fiscalização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG), a fim de auxiliar nos deslocamentos necessários à fiscalização in loco de todo o Estado de Minas Gerais.

**2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 O CAU/MG necessita da contratação de serviços de motorista para garantir o adequado apoio logístico às suas atividades institucionais, que envolvem deslocamentos internos e externos essenciais ao desempenho das funções do Conselho. Esses deslocamentos compreendem viagens intermunicipais, trajetos dentro do município de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, bem como o transporte de colaboradores e gestores em atividades administrativas, de fiscalização, visitas técnicas, eventos e ações de representação. Tais serviços são indispensáveis para assegurar a execução regular e eficiente das competências legais do Conselho, sendo necessária a contratação de 1 (um) motorista dedicado, lotado na sede do Conselho, para atendimento integral às demandas institucionais.

2.2 Atualmente, o CAU/MG realiza seus deslocamentos externos por meio de veículo próprio — a van Mercedes-Benz Sprinter 415-CDI, Longo T. Alto, 2.2, Bi-TB, Van Luxo — e, quando necessário, mediante locação de veículos adicionais. A condução desses veículos é realizada por profissional terceirizado contratado exclusivamente para essa finalidade, o que tem atendido satisfatoriamente às necessidades do Conselho, garantindo agilidade, segurança e disponibilidade para o cumprimento das agendas institucionais. Os serviços de motorista são essenciais para assegurar a execução contínua das atividades que demandam mobilidade, especialmente aquelas vinculadas às ações de fiscalização, visitas técnicas e demais funções finalísticas, que exigem planejamento dinâmico e deslocamentos frequentes. Ressalta-se que a condução da van institucional requer habilitação mínima categoria “D”, reforçando a necessidade de profissional capacitado e regularmente credenciado.

2.3 Considerando que o quadro de pessoal do CAU/MG não possui cargo efetivo de motorista, e que as atividades de Motorista e Motorista Oficial foram extintas no âmbito da Administração Pública Federal pela Lei nº 9.632/1998, torna-se imprescindível a contratação indireta para garantir a continuidade desses serviços. Por se tratar de demanda de natureza continuada e essencial ao funcionamento do Conselho, a manutenção do serviço terceirizado assegura racionalidade administrativa, evita interrupções que poderiam comprometer o exercício das atividades finalísticas e atende aos princípios da eficiência e da economicidade.

**3 SUPORTE LEGAL**

3.1 Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) está fundamentado e estruturado em referência ao artigo 18, caput, e em seu § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deve iniciar com o planejamento compatível com o plano anual de contratações e as leis orçamentárias, incluindo, de forma obrigatória, a “descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido”. Este ETP demonstra, portanto, a conformidade legal, evidenciando a natureza contínua e essencial do serviço de motorista para a Gerência de Fiscalização

do CAU/MG, justificando a contratação indireta como forma eficaz de atender às demandas institucionais previstas.

#### **4 ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR**

4.1 A contratação anterior de serviços de motorista destaca a necessidade indispensável para condução de veículos próprios e locados do CAU/MG, visando apoiar atividades institucionais como fiscalização, deslocamentos intermunicipais e transporte de colaboradores. Também menciona a extinção do cargo de motorista pela Lei nº 9.632/1998, reforçando a impossibilidade de execução direta. A solução também é caracterizada como serviço de natureza continuada, cuja interrupção comprometeria o funcionamento da instituição, justificando a contratação por pregão, tipo menor preço global. A contratação foi realizada com o apontamento da ausência de complexidade técnica que dispensaria audiência pública. As condições da contratação anterior se mantêm para a realidade atual, tendo em vista que não foi identificada nenhuma falha ou irregularidade no transcorrer da execução do contrato, indo ao encontro dos princípios da economicidade, eficiência e à missão institucional do Conselho, buscando assegurar benefícios diretos e indiretos para a execução das atividades finalísticas.

#### **5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1 Para o pleno atendimento das necessidades da Administração, a contratada deverá observar os seguintes requisitos:

##### **5.1.1 Disponibilidade e jornada de trabalho**

- Prestação do serviço de forma contínua, com dedicação exclusiva do motorista às demandas do CAU/MG, ficando à disposição nas dependências do Conselho.
- O contratado não poderá compartilhar os recursos humanos ou materiais alocados para este serviço com outros contratos ou atividades externas, atendendo ao previsto no art. 6º, inciso XVI da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) – serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- Deverá manter Central de atendimento, em caráter permanente, por e-mail, telefone ou mensagem, disponível 24h/dia, 7 dias/semana, inclusive feriados.
- Horário prioritário de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h48, podendo ocorrer em outros horários conforme necessidade do CAU/MG.
- Jornada de trabalho de 44 horas semanais, conforme legislação vigente, incluindo dissídio, convenção ou acordo coletivo aplicável à categoria.
- Disponibilidade para deslocamentos internos e externos, atendendo a solicitações de forma ágil e contínua, em especial para atividades de fiscalização, visitas técnicas e demais funções finalísticas do Conselho.
- O CAU/MG poderá fiscalizar e supervisionar a distribuição, controle e execução das atividades do motorista, garantindo cumprimento integral da jornada e das funções.

##### **5.1.2 Local de lotação e deslocamentos**

- Motorista lotado na sede do CAU/MG, Av. Getúlio Vargas, 447, 11º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG.
- As demandas partirão da Sede Institucional do CAU/MG em Belo Horizonte. As viagens ocorrerão preferencialmente dentro do Estado de Minas Gerais, podendo ser realizadas em outras localidades conforme necessidade do CAU/MG.
- Utilização do veículo próprio do Conselho — van Mercedes-Benz Sprinter 415-CDI, Longo T. Alto, 2.2, Bi-TB, Van Luxo — ou veículo locado pelo CAU/MG.

##### **5.1.3 Qualificação do profissional**

- Habilitação mínima CNH categoria “D”.
- Experiência mínima de 1 (um) ano na função, devidamente comprovada.
- Ensino médio completo.
- Curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas, ou matrícula imediata em cursos equivalentes.
- Aptidão física e mental compatível, atestada por profissional médico.
- Antecedentes criminais verificados nos últimos 5 anos.

5.1.3.1 A exigência de CNH categoria D justifica-se porque essa categoria habilita o motorista a conduzir veículos maiores e com capacidade de transporte de passageiros, garantindo que o profissional possa conduzir o veículo Van de propriedade do CAU/MG. A experiência prévia comprovada é fundamental porque: A condução de veículos oficiais requer maturidade operacional, especialmente em longas distâncias; Permite verificar que o profissional já demonstrou histórico de desempenho adequado na função; Contribui para

reduzir erros operacionais e aprimorar a direção preventiva. O ensino médio é compatível com as responsabilidades do cargo, pois o motorista deve: Ler e interpretar orientações, itinerários, normas internas e documentos de transporte; Registrar informações de deslocamentos e rotinas de serviço; Comunicar-se adequadamente com equipes administrativas e com o público. A formação geral adequada contribui para melhor desempenho, organização, compreensão de procedimentos e postura profissional. Curso de primeiros socorros, direção defensiva e relações humanas é essencial devido à natureza sensível da atividade:

- a) Primeiros socorros: garante que o motorista possa agir de forma imediata e correta em situações emergenciais até a chegada de atendimento especializado;
- b) Direção defensiva: reduz riscos de acidentes, melhora a segurança no trânsito e capacita o motorista a lidar com diferentes condições de rodovia;
- c) Relações humanas: essencial para conduzir autoridades e servidores, preservar o ambiente institucional e lidar com situações de estresse, reclamações ou contingências. A aptidão física e mental comprovada por profissional médico é requisito indispensável, pois a condução de veículo oficial exige atenção prolongada, capacidade motora adequada e a ausência de qualquer condição que possa comprometer a segurança, como sonolência crônica, distúrbios neurológicos ou cardiovasculares. A avaliação médica assegura que o motorista possui condições plenas para executar suas atividades com segurança, reduzindo riscos para si próprio, para os passageiros e para o patrimônio público. A verificação de antecedentes criminais dos últimos cinco anos é medida alinhada ao princípio da segurança institucional, tendo em vista que o motorista tem acesso a autoridades, informações sensíveis e bens públicos, além de circular por ambientes internos e externos de diferentes unidades e, por vezes, transportar documentos ou materiais sigilosos. A consulta aos antecedentes nesse período razoável contribui para mitigar riscos relacionados à responsabilidade patrimonial, à possibilidade de comportamentos incompatíveis com as atribuições do cargo e a situações de vulnerabilidade ou risco operacional. Trata-se de prática amplamente adotada para funções de confiança e para profissionais que atuam em contextos de acesso sensível.

#### **5.1.4 Obrigações essenciais da contratada**

- Recrutar, remunerar e gerenciar os empregados necessários à execução do serviço, assumindo integralmente encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais responsabilidades legais.
- Manter profissionais capacitados e substituí-los em caso de afastamento, sem interrupção do serviço.
- Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Administração ou a terceiros por ação de seus empregados.
- Fornecer equipamentos e materiais necessários à execução do serviço.
- Manter comunicação imediata com a Administração em caso de incidentes ou irregularidades.
- Cumprir a legislação vigente e manter todas as condições de habilitação exigidas durante a execução do contrato.

#### **5.1.5 Natureza do serviço**

- Serviço de natureza continuada, essencial às atividades do CAU/MG, especialmente relacionadas às funções finalísticas e de fiscalização.
- Serviço classificado como bem comum, com especificações técnicas conhecidas e usuais no mercado, permitindo análise comparativa objetiva entre diferentes fornecedores.

5.2 Os requisitos listados nesta sessão contemplam os critérios essenciais para análise e comparação das soluções. Demais especificações e exigências detalhadas relativas à execução do serviço serão estabelecidas no Termo de Referência.

### **6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação considera a demanda regular e contínua do CAU/MG por serviços de condução de veículo oficial. Assim, prevê-se a disponibilização de 1 (um) motorista terceirizado, em regime de dedicação contínua, para atendimento das atividades administrativas e de fiscalização do Conselho, durante toda a vigência contratual.

A quantidade estimada é suficiente para assegurar a continuidade das rotinas institucionais, observada a possibilidade de substituição do profissional pela contratada em casos de férias, faltas ou afastamentos, sem prejuízo à execução do serviço.

### **7 PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**

O serviço de motorista necessário ao CAU/MG possui natureza contínua, essencial e diretamente vinculada às atividades de fiscalização, visitas técnicas e suporte às funções finalísticas do Conselho. A execução desse serviço exige disponibilidade permanente, atuação diária e atendimento imediato às demandas institucionais, configurando-se como atividade que não pode sofrer interrupções

sem comprometer o cumprimento das atribuições legais do órgão.

Nesse contexto, registra-se que o serviço objeto deste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se como serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que envolve requisitos como: disponibilidade integral do profissional; controle de jornada; alocação fixa; subordinação direta às demandas do Conselho; e necessidade de continuidade plena do serviço.

Além disso, por se tratar de serviço essencial, a solução de contratação deve assegurar substituição rápida e eficiente do motorista em situações de férias, afastamentos, licenças, faltas ou qualquer outro impedimento, garantindo que o serviço permaneça ininterrupto e adequado às necessidades institucionais.

Para a adequada análise das alternativas, também devem ser considerados outros requisitos fundamentais relativos ao interesse público, tais como:

- Confiabilidade operacional: capacidade do contratado de garantir equipe qualificada e reposição imediata.
- Mitigação de riscos trabalhistas e previdenciários: especialmente relevante em atividades com subordinação e controle de jornada.
- Previsibilidade de custos e estabilidade do contrato: evitando flutuações econômicas que prejudiquem o planejamento institucional.
- Alinhamento com a legislação de terceirização e com os parâmetros de governança da Administração Pública.
- Capacidade de atendimento a padrões técnicos de segurança, direção defensiva e manutenção adequada do veículo oficial.
- Facilidade de gestão contratual: incluindo mecanismos claros de supervisão, relatórios de desempenho e comunicação direta com o motorista.

Assim, a análise das alternativas deve considerar não apenas a viabilidade jurídica e técnica, mas também a capacidade de cada modelo de garantir continuidade, previsibilidade operacional, segurança administrativa e mecanismos eficazes de reposição imediata de mão de obra — elementos indispensáveis ao regular funcionamento do CAU/MG.

#### **7.1 Levantamento de Mercado**

O serviço de motorista possui amplo histórico de contratação por órgãos da Administração Pública direta e indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, demonstrando que se trata de atividade amplamente ofertada e consolidada no mercado, com capacidade suficiente para atender demandas contínuas e rotineiras. As pesquisas realizadas indicam que há diversidade de modelos adotados pelos entes públicos, o que permite identificar práticas comuns, parâmetros de mercado e elementos relevantes para avaliação das alternativas aplicáveis à realidade do CAU/MG.

Para identificar as alternativas possíveis de contratação, foram analisados normativos aplicáveis (Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.745/1993 e Lei nº 9.632/1998), bem como entendimentos consolidados do Tribunal de Contas da União sobre terceirização, riscos de subordinação e utilização de cooperativas de trabalho. Também foram consultadas práticas de mercado e contratações similares realizadas por outros Conselhos Profissionais e órgãos públicos que executam atividades contínuas com demandas de deslocamento institucional, o que permitiu mapear os modelos mais usuais e juridicamente aceitos.

Além disso, foram consideradas experiências práticas de órgãos públicos, autarquias e Conselhos Profissionais que executam atividades contínuas de deslocamento institucional, a partir da análise de editais, contratos, termos de referência e modelos de prestação de serviços disponíveis publicamente. Também foi observada a experiência já existente no âmbito do próprio CAU/MG, que historicamente utiliza prestação de serviços de condução por empresa contratada, o que forneceu subsídios adicionais para compreensão das rotinas operacionais, dos requisitos de desempenho e das necessidades de continuidade e substituição do serviço.

Esse conjunto de informações contribuiu para mapear de forma abrangente as alternativas praticáveis no setor público e identificar seus riscos, vantagens e limitações. A partir desse levantamento, foram identificadas quatro soluções potencialmente aplicáveis ao objeto:

Solução 01: Criação de cargo de motorista;

Solução 02: Contratação temporária via Lei nº 8.745/1993;

Solução 03: Contratação indireta (terceirização) de pessoa jurídica especializada;

Solução 04: Contratação de cooperativa de motoristas.

Essas alternativas foram avaliadas individualmente e, posteriormente, organizadas em um quadro comparativo que demonstra de forma objetiva seu grau de aderência aos requisitos da contratação. O produto final dessa análise subsidia a escolha da solução mais

eficiente, juridicamente segura e tecnicamente adequada para o atendimento das necessidades do CAU/MG.

Requisito Essencial	Solução 01: Criação de cargo	Solução 02: Contratação temporária (Lei 8.745/1993)	Solução 03: Terceirização (PJ)	Solução 04: Cooperativa de motoristas
Compatibilidade jurídica	✗ (vedado pela Lei 9.632/1998)	✗ (exige situação excepcional, não contínua)	✓	▲ (juridicamente limitada)
Continuidade do serviço	–	✗ (solução temporária, dependente de renovações)	✓	▲ (risco de descontinuidade)
Dedicação exclusiva do profissional	–	▲ (temporal e limitada)	✓	✗ (modelo cooperativado não garante dedicação exclusiva)
Substituição imediata em ausências/férias/licenças	–	✗	✓ (garantida contratualmente)	▲ (depende da cooperativa; não é assegurado)
Controle de jornada, lotação e disponibilidade	–	▲	✓	▲ (controle reduzido)
Eficiência operacional	–	▲	✓	▲
Previsibilidade de custos	–	▲ (renovação gera instabilidade)	✓	▲
Risco de passivos ou litígios	–	▲	✓ (risco reduzido)	▲ (risco relevante conforme jurisprudência)
Adequação à necessidade permanente do CAU/MG	✗ (juridicamente impossível)	✗	✓	▲

Tabela 1 - Quadro Resumo de análise das alternativas de contratação.

LEGENDA	
✓	Atende plenamente ao requisito.
▲	Atende parcialmente ao requisito.
✗	Não atende ao requisito.
–	Não aplicável, pois a solução é impossibilitada em requisito anterior.

Fazendo a leitura do quadro comparativo, verifica-se que as alternativas que envolvem criação de cargo e contratação temporária (Soluções 01 e 02) não atendem aos requisitos essenciais da contratação. A criação de cargo mostra-se juridicamente inviável, enquanto a contratação temporária não se adequa a uma demanda contínua, além de não assegurar estabilidade operacional. A contratação via cooperativa (Solução 04), embora possível, também não atende aos requisitos críticos de dedicação exclusiva, substituição imediata e controle de jornada, apresentando riscos jurídicos e operacionais que comprometem a continuidade do serviço.

Interpretando esse quadro à luz da prospecção de soluções — que incluiu a análise de editais, contratos, termos de referência e modelos de prestação de serviços de diversos órgãos públicos e Conselhos Profissionais, além da experiência consolidada do próprio CAU/MG

— verifica-se que apenas a Solução 03 (contratação de empresa especializada) atende integralmente aos critérios avaliados, especialmente aqueles relacionados à continuidade, lotação fixa, substituição imediata e mitigação de riscos. Trata-se do modelo mais amplamente adotado e validado na Administração Pública para serviços contínuos de condução.

## 7.2 Escolha da solução



Diante do exposto no item anterior — que abrangeu o levantamento de mercado, a análise comparativa das alternativas e a verificação de aderência aos requisitos institucionais — conclui-se que a Solução 03, consistente na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de motorista, é a alternativa mais adequada ao CAU/MG. Essa solução assegura plena aderência às necessidades operacionais, segurança jurídica, continuidade do serviço e menor risco de descontinuidade, além de refletir as práticas consolidadas na Administração Pública.

8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada conforme as diretrizes aplicáveis às contratações públicas, utilizando fontes diversas para assegurar maior fidedignidade aos valores obtidos. Para tanto, foram solicitados orçamentos diretamente a empresas prestadoras de serviços por meio de contato por e-mail, além de consulta a valores praticados em contratos vigentes disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Foram obtidos três valores de referência:

- a) orçamento encaminhado pela empresa Grupo Colmeia Multisserviços,
- b) orçamento enviado pela Top Service Terceirização Eireli, e
- c) valor contratado pela Inova Administração Ltda, identificado no PNCP (Contrato nº 543/2025 – UASG 210400) - Documento SEI nº 0830980.

Importa destacar que tanto a Top Service quanto a Inova estruturam sua formação de preços considerando os salários definidos pela Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais, que estipula as condições aplicáveis aos trabalhadores rodoviários, categoria à qual se enquadra a função de motorista contratado.

Os valores obtidos encontram-se sintetizados na tabela a seguir, contemplando salário base quando informado, valor mensal já com encargos e o valor anual correspondente:

EMPRESA	Grupo Colmeia Multisserviços	Top Service Terceirização Eireli	Inova Administração Ltda	VALOR MÉDIO ESTIMADO
CNPJ	27.445.021/0001-77	08.913.064/0001.95	29.774.758/0001-69	
DATA	27/11/2025	18/11/2025	28/08/2025	
Valor Salário Base	Não Informado	R\$ 3.707,27	R\$ 3.741,06	R\$ 3.724,16
Valor Mensal Com Encargos	R\$ 7.053,20	R\$ 13.496,56	R\$ 8.147,51	R\$ 9.565,75
Valor Total Anual	R\$ 84.638,40	R\$ 161.958,72	R\$ 97.770,12*	R\$ 114.789,08

**Observação:** A consulta de preço consta nos documentos SEI nºs 0830980 e 0830981. No documento nº 0830981 constam os orçamentos solicitados que não recebemos resposta. Segue a listagem expressa dos fornecedores consultados que não retornaram:

- a) X BELMAX SERVICE LTDA, 05.637.990/0001-97 ([belmaxguara@gmail.com](mailto:belmaxguara@gmail.com));
- b) FRAC GESTAO E SERVICOS LTDA, 10.528.510/0001-90 ([comercial01@fracservicos.com.br](mailto:comercial01@fracservicos.com.br));
- c) EXECUTIVO SERVICE - NEGOCIOS INTELIGENTES LTDA, 11.141.537/0001-98 ([contato@grupoexecutivoservice.com](mailto:contato@grupoexecutivoservice.com));
- d) CENTRAL NORTE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA; 36.990.588/0001-15 ('centralnorteservicos@gmail.com);
- e) ATTENDER PRESTACAO DE SERVICOS LTDA, 02.712.096/0001-46 (contato@attenderservicos.com.br).

Desta forma, o valor médio anual estimado para a contratação é de R\$ **114.789,08 (cento e quatorze mil, setecentos e oitenta e nove reais e oito centavos).**

9 DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

9.1 Descrição da solução como um todo

A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de motorista, com a disponibilização de 1 (um) profissional dedicado em tempo integral às demandas institucionais do CAU/MG. O motorista deverá

possuir CNH categoria “D”, no mínimo, experiência prévia compatível com a função, boa conduta profissional, além de qualificação e uniformização adequadas, cumprindo jornada de 44 horas semanais. Suas atividades incluirão a condução do veículo oficial em serviços administrativos e de fiscalização, preferencialmente no Estado de Minas Gerais, sem prejuízo de deslocamentos para outras localidades sempre que necessário. Embora alguns servidores possuam habilitação, isso não supre a demanda institucional, uma vez que as atribuições dos agentes de fiscalização e demais empregados não incluem a condução regular de veículos, tampouco atendem às exigências de disponibilidade e dedicação próprias da função de motorista.

A contratação contempla todos os elementos necessários para a adequada execução do serviço, abrangendo gestão de pessoal, encargos trabalhistas, supervisão operacional, controle de jornada, substituição imediata em casos de férias, faltas ou afastamentos, além do fornecimento de uniforme e treinamento básico, quando necessário. Inclui-se também o atendimento às normas internas do CAU/MG, às regras de segurança viária, às disposições de saúde e segurança do trabalho e às obrigações legais aplicáveis à atividade. A empresa deverá manter controle efetivo da escala, garantir sigilo e responsabilidade no trato das informações acessadas durante as diligências, zelar pela segurança dos agentes e do patrimônio público e disponibilizar representante responsável (preposto) para a interlocução diária com a Administração, assegurando regularidade, assiduidade e eficiência na execução do contrato.

A solução integra o ciclo completo de prestação dos serviços, contemplando a alocação e gestão do profissional, o controle operacional da mão de obra e os procedimentos substitutivos, não havendo necessidade de aquisição adicional de materiais, equipamentos ou desenvolvimento de sistemas. O CAU/MG fornecerá o veículo oficial, bem como a infraestrutura administrativa e rotinas internas necessárias ao adequado cumprimento das atividades, inexistindo novos investimentos acessórios.

A adoção desse modelo é indispensável para assegurar que os agentes de fiscalização do CAU/MG possam se dedicar exclusivamente às suas atribuições finalísticas. A mobilidade adequada e contínua é condição essencial para o desempenho das atividades fiscalizatórias, e a presença de motorista terceirizado garante eficiência, segurança, continuidade operacional e pleno atendimento às demandas institucionais do Conselho.

Não há incidência de critérios de sustentabilidade na presente contratação, tendo em vista que o objeto restringe-se à prestação de serviços de motorista, sem o fornecimento de veículo. A aplicação de tais critérios somente seria pertinente caso se tratasse de contratação conjunta do serviço com o respectivo veículo, circunstância em que poderiam ser considerados, entre outros aspectos, a exigência de tecnologias de baixa emissão de gases poluentes, a definição de idade máxima da frota, a obrigatoriedade de manutenção preventiva ou a utilização de combustíveis renováveis.

Destaca-se que a solução não necessita providências prévias da administração para adequar-se ao serviço a ser contratado e não apresenta impactos ambientais necessários de nota. Por fim, Os serviços de motorista possuem natureza estritamente operacional e de apoio, destinando-se ao transporte de conselheiros, servidores, documentos, materiais e/ou equipamentos necessários ao desempenho das atividades institucionais do Conselho. Dessa forma, resta devidamente caracterizado que os serviços de motorista se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares, atendendo ao disposto no art. 48 da Lei nº 14.133/2021, sendo legítima sua contratação pela Administração.

## **9.2 Justificativas para o parcelamento ou não da solução**

Nos termos dos Art. 40 e 47 da Lei nº 14.133/2021, bem como das diretrizes constantes da Súmula nº 247 do TCU e do Acórdão nº 610/2025-Plenário, a Administração deve avaliar, no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, especialmente com vistas à ampliação da competitividade e à economicidade global da contratação.

No presente estudo, verificou-se que o serviço pretendido — prestação continuada de motorista dedicado, com gestão de mão de obra, supervisão, substituições obrigatórias e atendimento às rotinas operacionais do CAU/MG — configura objeto indivisível, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.

A análise realizada considerou os critérios legais e jurisprudenciais aplicáveis ao parcelamento, incluindo os aspectos de competitividade, economia de escala e impacto na execução contratual. Avaliou-se, ainda, o risco de perda de padronização, continuidade e qualidade do serviço caso o objeto fosse dividido.

Do ponto de vista técnico, constatou-se que a prestação demanda gestão centralizada, controle de escala, substituições imediatas, supervisão contínua e observância uniforme das normas internas, elementos que dependem de execução integrada. A fragmentação do objeto prejudicaria a coordenação das atividades e aumentaria a possibilidade de falhas operacionais.

Sob a ótica econômica, a divisão do objeto resultaria em maior custo administrativo, maior esforço de fiscalização e redução das economias de escala, sem ganhos de competitividade que justificassem essa opção. Assim, conclui-se que o parcelamento não é tecnicamente viável nem economicamente vantajoso, devendo a contratação ocorrer de forma integral.

## **10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não foi identificada a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes. A execução do serviço pretendido é autônoma e pode ser plenamente atendida pela contratação proposta, não havendo dependência de aquisições ou serviços adicionais.

Resultados pretendidos (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021)

A implementação da solução deverá proporcionar maior eficiência operacional às atividades institucionais do CAU/MG, garantindo deslocamentos seguros, contínuos e pontuais para as ações de fiscalização e demais demandas administrativas. Espera-se, como resultado, a manutenção da eficiência atualmente observada no atendimento às demandas de transporte institucional, garantindo continuidade no tempo de resposta às solicitações internas e na regularidade das agendas externas já praticadas.

A contratação deverá gerar economicidade e continuidade operacional, assegurando serviço especializado, preços compatíveis com o mercado e substituições imediatas em caso de ausências. Espera-se também otimizar o uso dos recursos humanos do Conselho, mantendo padrão adequado de segurança e responsabilidade no uso do veículo institucional.

Por fim, o processo licitatório deverá assegurar tratamento isonômico aos licitantes, ampla concorrência e prevenção de contratações com sobrepreço, preços inexequíveis ou riscos de execução inadequada, garantindo que o CAU/MG selecione a proposta mais vantajosa, tanto sob os aspectos técnicos quanto econômicos.

## **11 BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS DA**

### **11.1 Benefícios diretos**

A contratação de motorista terceirizado possibilita a manutenção da regularidade e da continuidade dos serviços de transporte oficial, assegurando a disponibilidade permanente de profissional habilitado para atendimento às demandas administrativas e de fiscalização do CAU/MG. Contribui, ainda, para maior previsibilidade das agendas externas, segurança nos deslocamentos e eficiência na execução das atividades institucionais.

### **11.2 Benefícios indiretos**

Como benefícios indiretos, espera-se a otimização do uso dos recursos humanos do Conselho, permitindo que servidores e agentes de fiscalização concentrem-se em suas atribuições finalísticas. Adicionalmente, a contratação favorece a gestão administrativa, ao reduzir riscos operacionais associados à ausência de motorista, bem como ao assegurar maior controle, padronização e confiabilidade na prestação do serviço.

## **12 PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

Considerando que há contrato vigente para a prestação dos serviços de motorista, com término previsto para janeiro de 2026, e que a presente contratação visa assegurar a continuidade do serviço sem interrupções, não se identificam providências estruturais ou adequações do ambiente necessárias para sua execução. As medidas administrativas cabíveis restringem-se ao acompanhamento do encerramento do contrato atual e à deflagração do novo processo licitatório em tempo hábil.

## **13 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de motorista terceirizado, por meio de pessoa jurídica, é tecnicamente viável e economicamente justificável, uma vez que assegura a continuidade dos serviços de condução veicular, a disponibilidade de profissional devidamente habilitado e a adequada gestão da mão de obra. A contratação possui previsão no Plano Anual de Contratações, estando presente no centro de custos é 4.06.19.003 - Projeto- Fiscalização Itinerante / Rotas. Verifica-se, ainda, a existência de oferta compatível no mercado, bem como a compatibilidade da solução com as necessidades institucionais e com o ordenamento jurídico aplicável. Diante disso, considera-se viável a contratação pretendida.

Belo Horizonte, dezembro de 2025.

**Diogo Braga**

Aprovado:

Arq. Urb. Cecilia Fraga de Moraes Galvani Presidente do CAU/MG



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO UBALDO BRAGA, Gerente de Fiscalização**, em 04/02/2026, às 15:01 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CECÍLIA FRAGA DE MORAES GALVANI, Presidente**, em 05/02/2026, às 07:03 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **D6A7170B** e informando o identificador **0879206**.

**Mapa de Risco 02 - CAUMG/GERGEL/GERAD****Mapa de Risco 1 - CAUMG/GERGEL/GERFIS**

Como em toda contratação, vislumbram-se nesta alguns riscos que podem comprometer o sucesso do procedimento, tanto nas fases de planejamento da contratação e seleção do fornecedor, como na de prestação de serviços continuados de motorista, portador de CNH Categoria mínima "D" para a condução de veículos, próprios, locados e entregas rápidas, com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, para atender, prioritariamente, as necessidades da Gerência de Fiscalização do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG).

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados a todo o processo, de modo que, para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de ocorrência, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis para cada ação.

Entendem-se por ações preventivas, aquelas a serem tomadas, com base no desenho do mapa de riscos, de forma a prevenir a ocorrência dos riscos; já as ações de contingência, no entanto, são as que devem ser tomadas na ocasião dos danos começarem a ocorrer com a materialização dos riscos previstos.

Risco 01 – Não haver disponibilidade orçamentária	
Probabilidade:	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta
Dano	
Descumprimento de prazos e descontinuidade dos serviços	
Ação Preventiva	Responsável
Realizar estudos e levantamentos detalhados de forma a permitir uma correta estimativa dos aspectos quantitativos e qualitativos do serviço a ser contratado.	Equipe de Planejamento da Contratação
Ação de Contingência	Responsável
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata dos itens demandados	Equipe Gerência Financeira

Risco 02 – Falha/erro na especificação técnica do objeto a ser contratado	
Probabilidade:	( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Dano	

Comprometimento da contratação. Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Consulta a contratações similares quando da elaboração dos estudos preliminares; Revisão crítica dos estudos preliminares.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Correção da especificação técnica; Revogação da licitação para republicação.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 03 – Ausência de licitantes	
<b>Probabilidade:</b>	( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Dano</b>	
Descontinuidade dos serviços	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Divulgação do Edital.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Republicação do Edital.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 04 – Atraso na conclusão da licitação	
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( X ) Alta
<b>Dano</b>	
Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando os trabalhos do CAU/MG.	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Na abertura das propostas, prevendo-se frequentes recusas de propostas, nomeação de mais pessoas para apoiar a Equipe de Planejamento e Área Técnica	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Cancelamento de itens responsáveis pela demora e continuidade no suprimento das demandas com outra estratégia	Equipe de Planejamento da Contratação e Pregoeiro(a) responsável

Risco 05 – Descumprimento de cláusulas contratuais	
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( ) Média ( x ) Alta
<b>Dano</b>	
Atraso no início dos Serviços; Entrega com qualidade inferior; Não entrega dos serviços.	

<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Fiscalização preventiva e ostensiva da execução dos serviços; Reunião preliminar para definições acerca da prestação dos serviços.	Gestores e Fiscal do Contrato
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Abertura de Processo de Sanção;  No caso de atraso superior ao aceitável conforme definição contratual, Rescisão e convocação da próxima empresa classificada para assumir o contrato;  Pagamentos por resultado.	Gestores e Fiscal do Contrato

<b>Risco 06 – Não aceitação da empresa contratada em renovar</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( x ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta
<b>Dano</b>	
Atraso no processo de contratação e riscos peculiares dos prazos dos procedimentos licitatórios	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Abertura de processo de renovação com 06 meses de antecedência	Fiscal do Contrato
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Abertura de novo processo de contratação	Equipe de Planejamento da Contratação

<b>Risco 07 – Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com FGTS da contratada</b>	
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta
<b>Dano</b>	
Passivo judicial advindo do descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com FGTS da contratada	
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Realizar fiscalização mensal das obrigações trabalhistas	Fiscal do Contrato com apoio da Gerência Financeira
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Notificação à contratada a fim de quitar corretamente as obrigações trabalhistas	Fiscal do Contrato com apoio da Gerência Jurídica

Belo Horizonte, janeiro de 2026.

Diogo Braga

Gerente de Fiscalização do CAU/MG

Aprovado:

Arq. Urb. Cecilia Fraga de Moraes Galvani Presidente do  
CAU/MG



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO UBALDO BRAGA, Gerente de Fiscalização**, em 04/02/2026, às 15:01 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CECÍLIA FRAGA DE MORAES GALVANI, Presidente**, em 05/02/2026, às 07:03 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço [caubr.gov.br/seicau](http://caubr.gov.br/seicau), utilizando o código CRC **194C7E6F** e informando o identificador **0879237**.

---